



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 1.272, DE 2024**
(Dos Srs. Baleia Rossi e Cezinha de Madureira)

URGÊNCIA ART. 155 RICD

Dispõe sobre a participação ativa dos Municípios e Distrito Federal, visando ao melhor interesse local e mediante anuência, no procedimento prévio à contratação e durante a vigência de concessão para a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, e prevê a delegação, aos Municípios, da atividade complementar de fiscalização dos referidos serviços no âmbito dos respectivos territórios municipais.

NOVO DESPACHO:

DEFERIDO O REQ 4238/2024. DESAPENSE-SE O PL 1272/2024 DO PL 445/2024, ENCAMINHANDO-O:

ÀS COMISSÕES DE:

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;

MINAS E ENERGIA E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 DO RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

(*) Atualizado em 17/10/2024 em razão de alteração do regime de tramitação.

PROJETO DE LEI Nº , DE DE DE 2024.
(do Sr. BALEIA ROSSI)

Dispõe sobre a participação ativa dos Municípios e Distrito Federal, visando ao melhor interesse local e mediante anuência, no procedimento prévio à contratação e durante a vigência de concessão para a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, e prevê a delegação, aos Municípios, da atividade complementar de fiscalização dos referidos serviços no âmbito dos respectivos territórios municipais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 36 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, alterado seu “caput”, com as seguintes redações:

“Art. 36. Sem prejuízo do disposto no inciso XII do art. 21 e no inciso XI do art. 23 da Constituição Federal, o Poder Concedente poderá, mediante convênio de cooperação, credenciar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a realizarem atividades complementares de fiscalização e controle dos serviços prestados nos respectivos territórios, bastando, para tanto, a manifestação de vontade dos entes federados e a celebração do Contrato de Metas respectivo, possível a delegação das atividades complementares de fiscalização inclusive no âmbito dos contratos vigentes de concessão.

Parágrafo único. Na hipótese de formalização de mais de um convênio para a realização de atividades complementares de fiscalização sobre o mesmo território, prevalecerá o convênio municipal em razão do interesse local.” (NR)



Art. 2º A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do art. 21-A, alterada a redação do § 1º e acrescido § 5º ao art. 3º-A, na seguinte conformidade:

“Art. 3º-A.

.....

§ 1º No exercício das competências referidas no inciso IV do art. 29 da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e das competências referidas nos incisos I e II do “caput” deste artigo, o Poder Concedente ouvirá previamente a ANEEL, o Distrito Federal e os Municípios, conforme o impacto territorial da concessão, que apresentarão as condições locais específicas relacionadas à prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica a fim de subsidiar a modelagem que melhor atenda o interesse público, dada a heterogeneidade nacional.

.....

§ 5º O Distrito Federal e os Municípios, instados a se manifestarem nos termos do § 1º deste artigo, expressarão suas anuências quanto aos Termos de Referência visando à contratação de serviços de distribuição de energia elétrica, quanto à contratação a ser formalizada e quanto às respectivas prorrogações ou rescisão do contrato, conforme o caso. ” (NR)

“Art. 21-A. Poderá haver a descentralização das atividades complementares de fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica aos Municípios dos entes federados que tenham firmado o Convênio de Cooperação a que alude o “caput” do art. 20 desta Lei, observada a necessidade de formalização de Contrato de Metas respectivo, possível a delegação das atividades complementares de fiscalização inclusive no âmbito dos contratos vigentes de concessão.

§ 1º Na hipótese de formalização de mais de um convênio para a realização de atividades complementares de fiscalização sobre o mesmo território, prevalecerá o convênio municipal em razão do interesse local.

§ 2º As atividades de fiscalização delegadas nos termos do “caput” deste artigo observarão:



I - a limitação da atividade de fiscalização aos serviços e instalações de energia elétrica prestados e situados no território do respectivo Município;

II - as obrigações constantes dos Contratos de Concessão;

III - as previsões das Resoluções específicas da ANEEL referentes aos procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica.

§ 3º A delegação das atividades de fiscalização aos Municípios observará as determinações dos arts. 20 e 21 desta Lei.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura institui a participação ativa dos Municípios e Distrito Federal, visando ao melhor interesse local e mediante anuência, no procedimento prévio à contratação e durante a vigência de concessão para a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, e prevê a delegação, aos Municípios, da atividade complementar de fiscalização dos referidos serviços no âmbito dos respectivos territórios municipais.

Para tal, estão sendo propostas alterações nas Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995¹, e nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996².

CONTEXTO

É sabido que a exploração, direta ou mediante autorização, permissão ou concessão, dos serviços e instalações de energia elétrica, compete à União, conforme dispõe o art. 21, XII, “b)”, da Constituição Federal de 1988³, *in verbis*:

1 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9074cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.074%2C%20DE%207%20DE%20JULHO%20DE%201995.&text=Estabelece%20normas%20para%20outorga%20e,p%C3%BAblicos%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.

2 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9427compilada.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.427%2C%20DE%2026%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201996.&text=Institui%20a%20Ag%C3%A2ncia%20Nacional%20de,el%C3%A9trica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.

3 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm



"Art. 21. Compete à União:

[...]

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

[...]

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

[...]”

Dada a natureza, importância e imprescindibilidade dos serviços, e, notadamente, a heterogeneidade do consumo associada à diversidade territorial, além da diferente gama de serviços relacionados à matéria (em suma, os 4 grandes serviços conhecidos são os de Geração, Transmissão, Distribuição e Contratos G-T-D⁴), é comum que a União, com amparo constitucional e valendo-se da condição de ente detentor da prerrogativa de exploração, conduza procedimentos licitatórios visando à permissão e concessão dos serviços em todo o Brasil, executando-os de forma indireta através de contratações em que atua como Poder Permitente ou Concedente, atribuindo a execução direta dos serviços às licitantes vencedoras.

Também à vista da importância do tema e dos interesses envolvidos, a União instituiu, por intermédio da Lei nº 9.427/1996, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal. É por intermédio da ANEEL que a União, na condição de Poder Concedente ou Permitente, firma os respectivos contratos de concessão e permissão dos serviços.

Contudo, em que pese o respeito aos procedimentos conduzidos na seara federal relativos às concessões e permissões de uso dos serviços em tela, há de se reconhecer que os Municípios e o Distrito Federal são os entes que possuem, do ponto de vista do interesse local, as melhores condições para avaliar o impacto que a execução indireta dos serviços

4 <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/contratos-de-concessao-e-permissao>



possui em seus respectivos territórios. Devemos lembrar, sempre, que os mais afetados por problemas na prestação dos serviços são os cidadãos comuns, na qualidade de consumidores, certa e naturalmente mais próximos dos governos locais, a quem recorrem nos casos de problemas, do que do governo federal.

Nos últimos tempos, vários foram os exemplos de graves problemas na prestação dos serviços de energia elétrica executados indiretamente em razão de concessões e permissões. Foi de amplo conhecimento o apagão que afetou 15 dos 16 municípios do Amapá em agosto de 2023, além de 20 outros Estados e Distrito Federal⁵, os graves problemas recentemente enfrentados no município de São Paulo, com a ciência e resposta do Governo Federal⁶, os problemas com a distribuidora de energia no Estado do Rio de Janeiro⁷, entre outros diversos exemplos de falhas na prestação dos serviços.

Quando eclodem problemas na prestação dos serviços, os governos locais têm extrema dificuldade de reagir ante as necessidades da população, haja vista que a relação jurídica com a prestadora direta dos serviços não é com os governos locais. Neste contexto, mesmo diante de severos impactos, não há mecanismos legais que permitam que os governos locais adotem uma postura ativa em razão dos sérios contratempos enfrentados pelos cidadãos.

À guisa de exemplo, retomando as já aludidas ocorrências recentes na cidade de São Paulo, o referido Município oficiou a ANEEL, em Novembro de 2023, para que fossem adotadas as medidas administrativas e de responsabilização da ENEL, concessionária responsável, pelos transtornos causados à cidade. Em janeiro de 2024, o ofício foi reiterado em decorrência de novos eventos e mais de 100 mil casas e estabelecimentos sem energia e, em março de 2024, houve nova reiteração em razão da falta de energia em bairros centrais da cidade, que afetou ao menos 35.000 casas e estabelecimentos. Com efeito, vê-se que o planejamento da concessionária se revelou incapaz de garantir o atendimento aos consumidores no município, demonstrando como é importante que o ente federativo local tenha mais poderes na relação jurídica estabelecida entre Poder Concedente e concessionária.

5 <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2023/08/15/apagao-nacional-deixa-cidades-do-amapa-sem-energia-eletrica.ghtml>

6 <https://www.infomoney.com.br/politica/governo-federal-sobe-tom-com-a-enel-em-meio-a-renovacao-de-concessoes-de-distribuicao/>

7 <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/light-empresas-sem-condicoes-tecnicas-e-economicas-nao-terao-concessoes-diz-ministro.ghtml>



A importância da participação local foi reconhecida, primeiramente, através do art. 36 da Lei nº 9.074/1995, que prevê a possibilidade de os Estados e Distrito Federal realizarem atividades complementares de fiscalização e controle dos serviços prestados nos respectivos territórios. Tal importância foi reforçada através do Capítulo IV da Lei nº 9.427/1996, dedicado à descentralização de atividades visando à gestão associada de serviços públicos.

O que se propõe com o presente Projeto, portanto, é fortalecer a ideia de descentralização das atividades de fiscalização e controle dos serviços através da inclusão dos Municípios, permitindo que estes entes também possam participar, de forma ativa, do planejamento, acompanhamento e desdobramentos dos contratos, considerando o melhor interesse local e o melhor interesse público associado. Quanto à eventual aplicação de penalidades decorrentes da má prestação dos serviços, respeita-se a supremacia das disposições dos contratos vigentes e dos atos da ANEEL sobre a matéria.

ADEQUAÇÃO DA INICIATIVA LEGISLATIVA

A presente proposição, ao propor alterações nas Leis nº 9.074/1995 e Lei nº 9.427/1996, se afina com a competência prevista no inciso IV do art. 22 da Constituição Federal de 1988.

Quanto à iniciativa parlamentar e à função legislativa, cabe ao Congresso, por suas duas Casas, legislar sobre as matérias de competência da União, mediante elaboração de emendas constitucionais, de leis complementares e ordinárias, e de outros atos normativos com força de lei. Adequada, pois, a iniciativa da presente proposta.

SOLUÇÕES E CONCLUSÃO

Estão sendo propostas alterações nas Leis nº 9.074/1995 e nº 9.427/1996 que permitem que Distrito Federal e Municípios atuem na fase interna das licitações visando à concessão de serviços de energia elétrica que afetem seus territórios, em prol do melhor interesse público e local, através de manifestações favoráveis ou desfavoráveis, bem como que mantenham esta prerrogativa ativa no curso dos contratos de concessão. Complementa o mérito da proposta a possibilidade de descentralização, aos Municípios, das atividades complementares de fiscalização e controle dos serviços no âmbito dos respectivos territórios municipais, respeitadas as disposições dos contratos de concessão e as Resoluções da ANEEL.

Ante o exposto, apresenta-se o presente projeto de lei reivindicando e conclamando sua aprovação aos nobres Pares.



Sala das Sessões de de 2024.

Deputado BALEIA ROSSI
MDB/SP

Apresentação: 16/04/2024 12:58:21.697 - MESA

PL n.1272/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD247374117000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Baleia Rossi



Cezinha de Madureira - PSD/SP**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995-07-07;9074
LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996-12-26;9427
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995-02-13;8987

FIM DO DOCUMENTO